



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA



cinemateca
portuguesa
MUSEU DO CINEMA, I.P.

**CINEMATECA PORTUGUESA
MUSEU DO CINEMA, I.P.**

Plano de Atividades

2017

Índice

Índice	1
Lista de Siglas e Acrónimos	2
I. Nota Introdutória	3
I.1. Missão	3
I.2. Valores	3
I.3. Atribuições	3
I.4. Estrutura Orgânica e Funcional	4
II. Áreas de Atuação: Contexto	5
III. Objetivos	9
III.1. Objetivos estratégicos	9
III.1. Objetivos operacionais	10
IV. Atividades	10
IV. Recursos	15
V. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária	17
VI. Conclusões	18

Lista de Siglas e Acrónimos

ANIM	Departamento de Arquivo Nacional das Imagens em Movimento
CDI	Centro de Documentação e Informação
CJ	Cinemateca Júnior
DCDM	Digital Cinema Distribution Master
DCP	Digital Cinema Package
DDEP	Departamento de Divulgação e Exposição Permanente
DG	Divisão de Gestão
DIR	Direção da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema
GRP	Gabinete de Relações Públicas
INF	Sector de Informática
LTO	Linear Tape-Open
OE	Objetivo Estratégico
OF	Orçamento de Funcionamento
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RG-OE	Receitas Gerais do Orçamento de Estado
RP	Receitas Próprias
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SIAG-AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública
UO	Unidade Orgânica

Este documento apresenta o Plano de Atividades para o ano de 2017 da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I.P., adiante Cinemateca, procurando expressar a sua ação no âmbito das responsabilidades e das competências que lhe estão cometidas nos respetivos estatutos e demais legislação complementar.

I.1. Missão

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprovou a regulamentação orgânica e funcional da Cinemateca, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 59/2010, de 7 de junho, ambos reprimidos pelo artigo 259º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015), esta tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

I.2. Valores

Na prossecução dos seus objetivos, a Cinemateca orienta as suas atividades e constrói a sua cultura organizacional com base nos seguintes valores:

- Respeito pelo património em acervo, pelos seus doadores e depositantes e pelos seus utilizadores;
- Primado do serviço público, considerando os direitos dos cidadãos à fruição cultural e ao acesso à informação;
- Excelência técnica em todos os procedimentos relativos à salvaguarda e comunicação do património cinematográfico, museográfico e biblio-iconográfico.

I.3. Atribuições

São atribuições da Cinemateca:

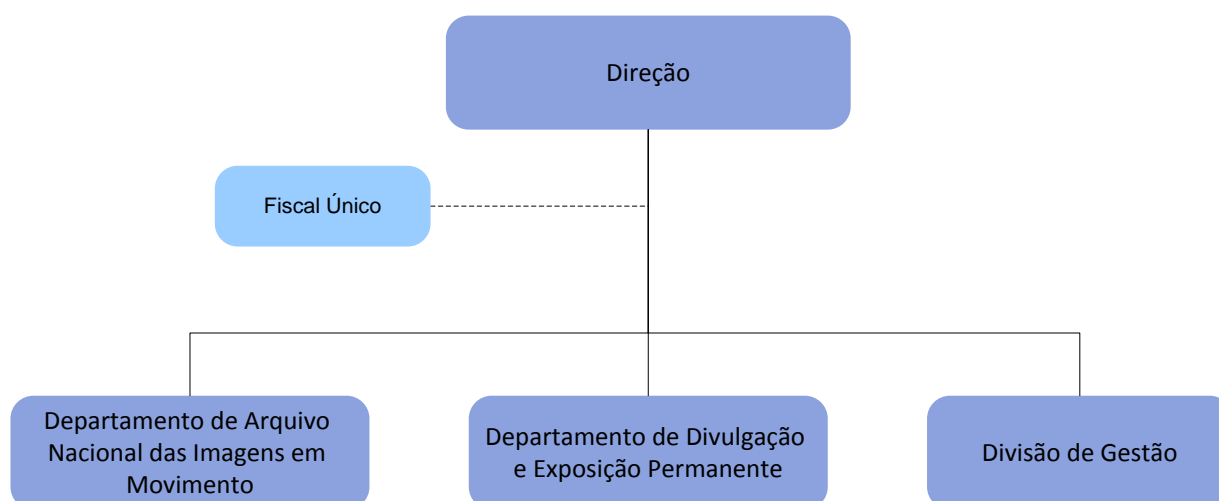
- a) Coleccionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;
- b) Coleccionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;
- c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;
- d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;

- e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio, bem como contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;
- f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;
- g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
- h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográficas;
- i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

I.4. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de Março (Estatutos), a sua estrutura orgânica é a apresentada na Figura 1:

Figura 1. Organograma da Cinemateca



II. Áreas de Atuação: Contexto

O ano de 2017 será um ano em que a Cinemateca irá continuar a implementar o Plano Estratégico desenhado e divulgado pela sua atual Direção em 2014.

Desde esse outro ano, temos vindo de facto a implementar progressivamente as medidas previstas neste plano, procurando, tanto quanto possível, que a generalidade delas tenha aplicação no âmbito de atuação do atual mandato.

Estas medidas visam dotar o organismo de capacidade de resposta a novos contextos de funcionamento, em particular aqueles que têm a ver com as grandes transformações na cadeia de produção e circulação das imagens em movimento e com as novas relações com o cinema estabelecidas por grupos etários onde se joga decisivamente o nosso papel de formação de públicos.

Em seguida, referimos as prioridades da nossa atuação no ano de 2017 dentro de cada um dos capítulos principais desse Plano Estratégico:

II.1. A Cinemateca, o museu e a descentralização

Com a atual conversão do mercado cinematográfico ao suporte digital, e assumindo o princípio identitário segundo o qual o museu deve conservar e divulgar (nas nossas instalações e na rede de museus de cinema) as obras cinematográficas nos seus suportes originais, a Cinemateca continuará a desenvolver uma ação múltipla e complementar, o que hoje em dia significa trabalhar paralelamente com a película e com o suporte digital. Por um lado, manteremos as vertentes de conservação, restauro e exibição em película do acervo patrimonial produzido originalmente em película; por outro, continuaremos a implementar gradualmente o arquivo digital, seja para as obras produzidas nessa tecnologia seja como plataforma de divulgação ampla e descentralizada do próprio património analógico.

De acordo com isto, em 2017, para além da manutenção plena da atividade do arquivo analógico, manteremos o mesmo nível de oferta de exibição museológica obedecendo ao princípio da consentaneidade tecnológica (a programação nas nossas salas, em Lisboa, tanto em película como em suporte digital) e daremos algum incremento (dentro das grandes limitações financeiras que persistem) à atividade de conservação e divulgação do património digital, nisso incluindo a preparação (ainda embrionária) de um “workflow” de arquivo digital, a migração de várias componentes do cinema português para suportes digitais, a edição DVD e a colaboração externa nessa tecnologia.

No que diz respeito à desejada “rede patrimonial” no território português em suporte digital de alta definição (por diferenciação em relação à rede museológica internacional), o objetivo estabelecido para o ano de 2017 é ainda essencialmente programático, consistindo no estabelecimento (ou, pelo menos, no lançamento das primeiras etapas) de um plano sustentável que, uma vez iniciado, possa realmente ter condições de desenvolvimento a médio e longo prazo. No curso da sua elaboração, este plano envolverá uma componente de levantamento de dados relativos às salas existentes no território potencialmente abarcáveis (registo de salas, equipamento, contexto institucional e meios humanos de programação), o desenvolvimento de um processo tendente à seleção das salas a integrar em diferentes etapas, a criação de

uma mínima estrutura dedicada à logística da circulação do património português, e, *last but not the least*, um avanço significativo no plano de digitalização do património cinematográfico português em alta definição. Esta última componente é referida no ponto seguinte; quanto às anteriores, o lançamento efetivo do plano para além dos seus traços muito gerais exigirá uma mínima dotação orçamental específica que, dentro dos limites previstos, dificilmente poderá já existir neste ano. A Direção velará contudo para que, mesmo assim, este projeto estruturante dê os seus primeiros passos e seja tido em conta nos contactos externos que vão sendo desenvolvidos, funcionando como guia orientador nas ações de curto prazo.

II. 2. Plano de digitalização do cinema português

Para a implantação desta rede patrimonial baseada na tecnologia digital de alta definição, e ainda por muitas outras razões que se prendem doravante com o serviço externo prestado pela Cinemateca enquanto arquivo nacional, mantemos como outro projeto estruturante fundamental o plano de digitalização do cinema português, mediante a produção de matrizes de alta definição. Considerando porém como incontornável que um tal plano seja posto em prática de forma integrada pelos diversos agentes do cinema português, e considerando que, para que isto seja viável, será preciso começar pela articulação entre os dois organismos do Estado com intervenção no cinema (ICA e Cinemateca, que, em conjunto, deverão ditar as regras, os possíveis apoios e os limites da intervenção do Estado para esse efeito), continuamos a tentar que, antes de tudo o mais, este assunto seja equacionado na prática em concertação entre estes dois organismos, levando à elaboração de um plano nacional quantificado e calendarizado.

Entretanto, pela sua parte e com os meios próprios de que dispõe, e continuando a prática desenvolvida em 2016, a Cinemateca prosseguirá a produção de matrizes digitais de alta definição de alguns filmes do património nacional, nas seguintes vertentes:

- digitalização 4K no scanner instalado no ANIM pertencente ao laboratório americano CINERIC, mediante utilização da quota cedida por este laboratório ao abrigo do protocolo de instalação (dez longas metragens por ano) e, na muito limitada escala permitida pelo orçamento atual, encomenda de alguns serviços que extravasam esta quota; (NOTA: na maior parte destes casos, a produção de uma matriz não significa porém o termo do processo de digitalização, incluindo etalonagem e restauro digital, e este processo poderá não ficar concluído no ano em causa, uma vez que pressupõe a aquisição de outros serviços externos para os quais a Cinemateca não tem equipamento e meios humanos próprios e dotação orçamental suficiente.)
- digitalização ultra HD no scanner adquirido pela Cinemateca destinado a trabalhos a partir de materiais fílmicos em muito bom estado (cópias e intermédios), o que abrange apenas uma minoria do universo potencialmente visado;
- digitalização em 2K de materiais fílmicos de formatos reduzidos (no scanner especializado adquirido para o efeito), onde estão a ser executados trabalhos para fins internos e destinados a depositantes de obras nestes formatos, incluindo coleções particulares de “cinema amador”.

No seu conjunto, esta atividade da Cinemateca, que atingirá potencialmente um número muito reduzido de dezenas de títulos - em princípio, menos de duas dezenas quanto à digitalização de longas-metragens

carenciadas de correção e restauro -, podendo embora desbloquear alguns outros projetos de colaboração externa urgentes que pressupõem a digitalização, não irá contudo alterar o panorama macroscópico da digitalização do cinema português, no qual só o universo de longas-metragens ronda um milhar de títulos.

II. 3. Acesso *online* a património cinematográfico preservado e a “Cinemateca Digital”

Um dos caminhos de acesso a património cinematográfico português preservado é, já hoje, a secção “Cinemateca Digital” do nosso sítio Web, onde são disponibilizados, exclusivamente para visualização *online*, um conjunto de filmes previamente conservados e preservados – uma oferta a manter e, dentro das suas condições próprias, a incrementar.

O projeto “Cinemateca Digital” nasceu em 2011 da participação portuguesa no projeto *European Film Gateway*, um consórcio constituído por dezasseis cinematecas e arquivos fílmicos europeus e seis entidades fornecedoras de serviços tecnológicos, que funciona como agregador sectorial para o portal Europeana.

Na seleção das obras que foram fornecidas no âmbito desse projeto, a Cinemateca adotou como critério o tema da produção portuguesa de não-ficção do período 1896-1931, consubstanciado nas representações digitais dos filmes desse período até então preservados.

Desde essa altura, a lista de títulos e o universo selecionado têm vindo a alargar-se continuamente, mantendo-se, no entanto, a escolha de obras que se encontram conservadas e preservadas em filme e cujas autorizações de publicação em linha tenham sido previamente asseguradas. Atualmente encontram-se disponíveis mais de 400 filmes nesta plataforma. Deste número de filmes, do universo da não ficção, sobretudo produzidos nas primeiras décadas do século passado (até à década de 30, principalmente), existem imagens de todos os distritos do país, incluindo imagens filmadas em todas as ilhas dos Açores e da Madeira, estando já representados na Cinemateca Digital 129 concelhos de Portugal.

Em 2017, o objetivo é incrementar o número de filmes disponíveis nesta plataforma digital, avançando-se com a inclusão de filmes de décadas posteriores aos inseridos e, paralelamente, alargando (sobretudo no que diz respeito ao universo das imagens documentais) o âmbito geográfico já incluído, enquanto forma de representação do território e da história e da cultura das várias regiões portuguesas.

II. 4. Laboratório de restauro analógico e digital

A par da implantação progressiva de novas estruturas de verdadeira conservação digital (área que, repete-se, é ainda muito embrionária devido aos limites orçamentais), a manutenção do laboratório de restauro nas suas duas vertentes – analógica e digital – constitui hoje em dia uma dos maiores alvos do esforço da direção no que diz respeito a toda a área de infraestruturas arquivísticas. Sendo indispensável (sob pena de termos de voltar a depender de entidades estrangeiras, que, elas mesmas, rareiam cada vez mais neste setor, e cujas condições não nos permitiriam sequer fazer uma pequena parte do que apesar de tudo estamos a fazer), o laboratório é hoje uma estrutura instável e fragilizada pelos limites administrativos e de contratação (neste caso *não* por questões financeiras, uma vez que se trata comprovadamente de uma das áreas com potencial de prestação de serviços onerosos a nível internacional). Aqui, o objetivo de produção

a atingir não pode deixar de ser modesto face ao potencial efetivo, sendo a simples sobrevivência um objetivo importante em si mesmo.

Quanto à componente digital do laboratório, sendo para já assente num parque de equipamento básico em que se inclui o *scanner* pertencente ao laboratório CINERIC e dois outros *scanners* (acima referidos), o seu desenvolvimento é ainda limitado, trabalhando-se, também aqui, a um nível programático, de planeamento e de formação, através do qual procuramos ir erguendo as bases de uma cadeia de funcionamento futura.

II. 5. Nova grelha de programação

Em 2017, a nova grelha de programação entretanto iniciada será mantida como conceito orientador da programação mensal. Todas as rubricas mantidas em 2016 serão mantidas em 2017, assim como a estrutura básica desta atividade. Assim, será continuada a organização de dois ciclos principais estruturantes em cada mês, sendo sempre um deles mais respeitante ao cinema clássico e outro mais dedicado ao cinema moderno (na aceção corrente dos movimentos iniciados na década de sessenta do século XX) e (ou) ao cinema contemporâneo. Dentro destes ciclos estruturantes haverá também alguns ciclos temáticos (que incluirão essas etapas históricas) e ciclos dedicados ao universo do cinema português. Manter-se-ão as rubricas Histórias do Cinema, Realizador Convidado, História Permanente do Cinema Português, Imagem por Imagem (Cinema de Animação) e *Double-Bill*. Manter-se-ão igualmente as colaborações com entidades externas, com destaque para festivais de cinema e festas nacionais.

II. 6. Cinemateca Júnior

Mais uma vez sob apertados limites ditados pelas condições orçamentais, logísticas e de meios humanos (trata-se de toda uma área estruturante assente no trabalho de uma equipa reduzida a dois elementos), será mantida a oferta de serviço da Cinemateca Júnior, que este ano perfaz uma década de funcionamento.

Por este último motivo, as atividades dedicadas ao público infanto-juvenil e a própria reflexão sobre o serviço educativo de cinema serão um dos focos da nossa programação de 2017, concretamente através de várias iniciativas a desenvolver no mês de Abril. Nestas, inclui-se um colóquio sobre “Cinema e Educação”, organizado em colaboração com a Associação “Os Filhos de Lumière”.

Quanto à restante atividade, o objetivo central é a manutenção da oferta em níveis genericamente equivalentes aos atingidos nos últimos anos.

II. 7. Edição bibliográfica e DVD

Em 2017 voltaremos a concentrar o esforço editorial no universo do cinema nacional, estando previstas edições bibliográficas complementares de ciclos, o arranque da publicação dos “Escritos de Cinema” de João Bénard da Costa e novas edições DVD (autónimas e em parceria).

Quanto ao projeto de revista de história e museologia de cinema, embora mantido, foi para já adiado de um ano devido aos limites orçamentais e de meios humanos indispensáveis para o levar a cabo.

II. 8. Associação Amigos da Cinemateca

Embora se trate de um projeto autónomo face à estrutura interna da Cinemateca, a levar a cabo por uma equipa de utentes regulares, a fase inicial de implementação requer naturalmente uma disponibilidade da própria equipa da casa, e em particular da sua direção, que está ainda a condicionar o calendário de todo o projeto. Neste sentido, prevê-se que a Associação Amigos da Cinemateca venha a ter o seu arranque efetivo no segundo semestre do ano, em função das condições internas para a acolher.

II. 9. Projetos SAMA 2020

Segundo o planeamento feito, 2107 será um ano decisivo para a execução dos dois projetos aprovados no âmbito do Programa SAMA - Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública. Com efeito, o projeto **CINEM@TIC – Sistema de Informação da CP-MC** e o projeto **PAR – Portal Arquivo da RTP** (componente de instalação das estantes compactas para os novos depósitos do ANIM, neste caso através de candidatura apresentada em regime de consórcio RTP/Cinemateca), têm grande parte da execução agendada para este ano. Mesmo assim, a concretização deste calendário está ainda dependente da aprovação de uma dotação orçamental específica que permita fazer face à componente de investimento suportada pela Cinemateca.

III. Objetivos

Importa apresentar neste Plano os objetivos estratégicos e operacionais propostos para o período em causa.

III. 1. Objetivos estratégicos

De acordo com a missão, visão e valores da Cinemateca, foram definidos e aprovados pela Tutela os Objetivos Estratégicos (OE) apresentados no ponto 1 do presente capítulo – cuja continuidade se visa assegurar através das atividades apresentadas no ponto 2.

Os OE irão orientar a ação da Cinemateca em 2017 no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do organismo.

OE1. Promover o conhecimento da história do cinema.

OE2. Salvaguardar e valorizar o património em acervo.

OE3. Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

Apresenta-se na figura abaixo o alinhamento dos objetivos estratégicos com a missão da Cinemateca.



Figura 2. Alinhamento dos objetivos da Cinemateca para 2017

III. 2. Objetivos operacionais

- Promover o conhecimento da história do cinema;
- Preservar, restaurar e digitalizar obras cinematográficas;
- Inventariar, identificar e descrever obras do património cinematográfico em arquivo;
- Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

IV. Atividades

Nas atividades referenciam-se toda a atuação corrente da Cinemateca que, cumulativamente, expressam e concretizam a missão e atribuições do organismo.

As áreas operacionais da Cinemateca, sob a orientação estratégica da Direção, compreendem o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) e o Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP), contendo este as subunidades informais Cinemateca Júnior, o Gabinete de Relações Públicas e o Centro de Documentação e Informação.

Para apoio às áreas operacionais existe uma unidade orgânica instrumental, de apoio à gestão, designada Divisão de Gestão (DG).

Apresentam-se neste capítulo as atividades e respetivas ações previstas para 2017 agrupadas por áreas de intervenção decorrentes, naturalmente, das atribuições da Cinemateca, identificando-se em cada uma delas as unidades orgânicas envolvidas na sua concretização e relacionando-as com os objetivos estratégicos propostos (enquadramento QUAR).



ATIVIDADES	Ações	UO	OE
<p>SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO</p>	<p>⇒ Prospetar, adquirir e receber em depósito materiais fílmicos e museográficos para a constituição de uma coleção de cópias de referência das cinematografias nacional e estrangeiras (em qualquer suporte e de qualquer época, formato, género, regime de produção ou proveniência);</p>	ANIM	OE2
	<p>⇒ Estabelecer contactos com produtores, realizadores, distribuidores e outros operadores cinematográficos de forma a fomentar a atividade de depósito voluntário na Cinemateca;</p>	ANIM	OE2
	<p>⇒ Preservar e restaurar obras do património cinematográfico nacional, mediante tiragem de novas matrizes e cópias em película, com recurso ao Laboratório do Departamento ANIM, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Continuação da preservação de obras dos diversos períodos do cinema português; ○ Preservação de curtas-metragens documentais do acervo da Cinemateca cuja salvaguarda é objeto de protocolos com entidades externas cofinanciadoras dos trabalhos envolvidos; ○ Preservação/restauro de obras estrangeiras ao abrigo de protocolos com entidades externas e com arrecadação de receitas através destes serviços; ○ Digitalização, através de processo de <i>scanning</i> 2K, Ultra HD e 4K, de longas-metragens do cinema português, prosseguindo com o restauro digital de algumas delas, incluindo a produção de novas cópias DCP; ○ Produção dos trabalhos laboratoriais correspondentes a aproximadamente 60.000 metros de novos materiais fílmicos; ○ Produção de novas matrizes e cópias digitais correspondentes a aproximadamente 1.800 minutos de filmes produzidos originalmente em película; ○ Início da preservação digital através da migração das novas obras em formato DCDM, DCP para o formato de preservação LTO; 	ANIM	OE2
	<p>⇒ Alargar as metodologias de restauro às novas tecnologias digitais, quer através do funcionamento do laboratório de restauro digital recém-criado em parceria com o laboratório norte-americano Cineric, quer através de nova pequena estrutura interna;</p>	ANIM	OE2
	<p>⇒ Identificar, inspecionar, revisar e efetuar o controlo de qualidade em projeção dos acervos depositados e /ou dos novos materiais resultantes de operações de preservação e restauro;</p>	ANIM	OE2
	<p>⇒ Prospetar, seleccionar e adquirir, corrente e retrospectivamente, documentação biblio-iconográfica (imagem fixa) relacionada com as imagens em movimento, em forma de monografias, publicações periódicas, programas, recortes de imprensa, guiões, material publicitário, cartazes, fotografias e desenhos, tanto em suporte papel como digital;</p>	CDI	OE2
	<p>⇒ Proceder à recolha de informação relativa à exibição cinematográfica em Portugal;</p>	CDI	OE2
	<p>⇒ Conservar as coleções documentais existentes mediante encadernação e acondicionamento apropriado;</p>	CDI	OE2
	<p>⇒ Proceder à reprodução digital de documentos para efeitos de acesso e de conservação.</p>	CDI	OE2



	⇒ Proceder à monitorização e avaliação sistemática do comportamento das coleções biblio-iconográficas (imagem fixa);	CDI	OE2
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EM ACERVO	⇒ Catalogar e descrever (em base de dados interna) os materiais fílmicos e de novos suportes que compõem o acervo das imagens em movimento, integrando dados filmográficos, de materiais, processos de aquisição e situações jurídicas dos materiais e respectivas obras; durante o ano de 2017, pretende-se identificar e inserir na base de existências, 2.500 materiais fílmicos provenientes de processos de aquisição ainda não trabalhados;	ANIM	OE2
	⇒ Inventariar e catalogar os objetos e aparelhos de cinema e pré-cinema do acervo da Cinemateca, com registo em base de dados de existências, incluindo o registo fotográfico digital;	ANIM	OE2
	⇒ Proceder ao tratamento documental especializado da documentação biblio-iconográfica em acervo através das operações de registo, inventariação, catalogação, indexação (análise e descrição de conteúdo) e classificação;	CDI	OE2
	⇒ Prosseguir a política de promoção de uma nova abordagem da história do cinema (especialmente do cinema português e do cinema em Portugal) mediante parcerias de investigação com investigadores e redes de investigação académicas.		
EXIBIÇÃO, EDIÇÃO E DIVULGAÇÃO	⇒ Programar, organizar e exibir ciclos temáticos representativos da história do cinema mundial. Ciclos estruturantes da programação de 2017 <ul style="list-style-type: none"> ○ Janeiro - Jean-Pierre Léaud / Albert Serra ○ Fevereiro - Erich von Stroheim / Raoul Coutard ○ Março - Ernst Lubitsch / Pere Portabella / Novos realizadores portugueses (de Março a Junho) ○ Abril - 10 anos de Cinemateca Júnior / Dino Risi ○ Maio - Otto Preminger / Paul Vecchiali ○ Junho - Warren Beaty & Elaine May / O ano de 1967 ○ Julho - Fantasmas / James Gray ○ Setembro – O Cinema e a Cidade / “1917” (A representação da revolução russa de 1917 no cinema mundial) / Luis Miguel Cintra ○ Outubro – O Cinema e a Cidade / “1917” (A representação da revolução russa de 1917 no cinema mundial) / Jean Pierre Melville / Cinema do Québec ○ Novembro - Cinema e Fotografia ○ Dezembro – “O Que Quero Ver” (Filmes propostos pelos espectadores da Cinemateca) / Jean Marie Straub ○ Rubricas: Histórias do Cinema (Historiadores, críticos e programadores apresentam grandes autores da história do cinema) / <i>Double-Bill</i> (sessões duplas aos sábados) / História Permanente do Cinema Português / Imagem por Imagem (Cinema de animação) ○ Colaboração com festivais: INDIE, DOCLISBOA, MOTEL X, QUEER, FESTA DO CINEMA ITALIANO, FESTA DO CINEMA FRANCÊS. 	DDEP	OE1
	⇒ Exibir, no âmbito da programação mensal, novos filmes portugueses em sessões de ante-estreia, bem como filmes restaurados pelo laboratório do Departamento ANIM;	DDEP	OE1
	⇒ Na sequência do trabalho da Academia (ver <i>Valorização do Património em Acervo</i>) sobre o acervo da Cinemateca Portuguesa, prosseguir a programação de divulgação dos arquivos em eventos que incluam não só a projeção de filmes mas também discussões científicas;		



	<p>⇒ Incrementar projetos de edição bibliográfica, nos quais será continuada a edição de catálogos de ciclos (em particular na área do cinema português) e novos projetos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ “João Bénard da Costa: escritos de cinema” (as folhas de sala e os textos para catálogos) - primeiro volume. ○ Catálogo do Ciclo Luís Miguel Cintra. ○ Catálogo do ciclo António-Pedro Vasconcelos. ○ Edições de compilação de folhas de sala dedicadas às obras de Paulo Rocha e Fernando Lopes. ○ Continuação da edição DVD das obras de Paulo Rocha em parceria com a Midas Filmes (filmes Máscara de Aço Contra Abismo Azul, A Ilha dos Amores e a Ilha de Moraes). ○ Edição DVD de obras de Alberto Seixas Santos em parceria com a Real Ficção (Brandos Costumes e Gestos & Fragmentos) ○ Edição DVD autónoma de obras do cinema mudo português (caixa com filmes de Rino Lupo, Os Lobos e Mulheres da Beira, e Lisboa, Crónica Anedótica de Leitão de Barros, acompanhado dos primeiros filmes deste realizador) ○ - Edição DVD das imagens de Ruy Cinatti captadas em Timor, em parceria com o Museu Nacional de Etnologia 	DDEP ANIM GRP CDI	OE1
	⇒ Elaborar textos de contextualização dos filmes programados;	DDEP	OE1
	<p>⇒ Promover as atividades do organismo através da sua divulgação junto das comunidades de utilizadores e do público em geral, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Edição e distribuição do jornal mensal (em papel e online); ○ Edição e distribuição de <i>newsletters</i> temáticas (em papel e online); 	DDEP GRP	OE1
SERVIÇO EDUCATIVO	⇒ Produzir e coordenar programas orientados para públicos infantis e estudantis através de várias ações (visitas guiadas à exposição permanente, sessões de cinema, ateliers temáticos e espetáculos) no espaço da Cinemateca Júnior – dando a conhecer a história do cinema e do pré-cinema ao público infantil e pré-adolescente de escolas públicas e privadas, ensino especial, escolas profissionais, juntas de freguesias e outras instituições;	CJ	OE3
	⇒ Produzir materiais de apoio para formadores de públicos infantis e juvenis;	CJ	OE3
	⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à angariação de novos públicos;	CJ	OE3
	⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à apresentação de sessões de cinema e espetáculos de pré-cinema;	CJ	OE3
	⇒ Participar na operacionalização do Plano Nacional de Cinema, em conjunto com o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e sob coordenação da Direção-Geral da Educação (DGE);	DIR	OE3
ACESSO E COMUNICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO	<p>⇒ Apoiar e gerir os pedidos de acesso ao arquivo de imagens em movimento nos diversos tipos de suporte, incluindo acompanhamento da investigação especializada. No âmbito desta ação, pretende-se, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ A continuação da produção de ficheiros de filmes, com originais em suporte de vídeo ou a partir dos telecinemas produzidos no ANIM ao longo dos anos, com vista a garantir o acesso através de plataforma digital interna já criada no Departamento ANIM; 	ANIM	OE1
	⇒ Colaborar com agentes culturais e comerciais do audiovisual, mediante cedência de imagens em movimento em suporte cinematográfico ou digital;	ANIM	OE3



	⇒ Manter a Biblioteca especializada (aberta ao público em geral desde 1958), com a disponibilização de serviços de consulta e leitura, informação à distância e reprodução dos documentos biblio-iconográficos ou de registos e índices da base de dados, em observância dos direitos de autor e conexos;	CDI	OE3
	⇒ Organizar exposições temporárias com materiais do acervo da Cinemateca ou de organismos congéneres, nas suas instalações ou em instituições parceiras, relacionadas com a história, técnica e estética cinematográficas. Exposições programadas para 2017: <ul style="list-style-type: none"> ○ 20 Anos de ANIM; ○ 100 Anos de Cine Revista (15 março 1917-1924); ○ Exposição “O Cinema e a Cidade”, em articulação com o ciclo e o colóquio com o mesmo título; ○ Desenhos de Georges Méliès; ○ Exposição externa (proposta ou convite a entidades externas). 	ANIM DDEP CDI	OE1
COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	⇒ Difundir o património cinematográfico nacional preservado através dos novos meios digitais e telemáticos, respeitando sempre os direitos das respectivas obras, para o que concorre, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ A continuação da inserção de filmes na plataforma de acesso em linha existente no sítio da Cinemateca (Cinemateca Digital); ○ A concepção e divulgação de exposições virtuais da coleção museográfica catalogada; 	ANIM CDI	OE3
	⇒ Manter a filiação na Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF) e participar na sua organização;	DIR	OE3
	⇒ Manter a filiação na Associação das Cinematecas Europeias (ACE) e participar no seu encontro anual;	DIR	OE3
	⇒ Incrementar o contributo português em projetos internacionais na área do património cinematográfico;	DIR	OE3
INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO	⇒ Garantir os princípios gerais (código de ética) estabelecidos para os membros das entidades internacionais de que é membro;	DIR	OE3
	⇒ Estimular e apoiar a realização de estudos sobre o património cinematográfico em acervo;	ANIMC DI	OE3
	⇒ Prosseguir o programa de estágios curriculares anual, destinados a estudantes de cinema do nível de licenciatura ou de mestrado (1º ou 2º nível do sistema académico de Bolonha);	ANIMD DEPDG CJ CDI GRP	OE3
	⇒ Apoiar e promover a edição de obras de autores portugueses sobre cinema português;	DDEP CDI	OE3
EXTENSÃO CULTURAL	⇒ Apoiar iniciativas e atividades de editores, nomeadamente pela apresentação de sessões de lançamento de livros sobre cinema nas suas atividades de programação regular;	DDEP	OE3
	⇒ Em conjunto com outras instituições ligadas ao cinema, tais como o ICA, Associação de Produtores, operadores de televisão, promover um programa que vise a produção intensiva de novas matrizes digitais resolução 2K ou 4K, com vista à difusão do cinema português nos diferentes meios de distribuição possíveis (cinemas, auditórios municipais, televisões, edições <i>Blu Ray</i> , etc);	ANIM	OE1
	⇒ Colaborar com outros organismos, nacionais e internacionais, na divulgação do património cinematográfico português, através da cedência de cópias e do fornecimento de documentação de apoio para a sua divulgação;	ANIM CDI	OE1
	⇒ Promover a cedência das exposições temporárias do acervo a entidades nacionais e estrangeiras;	CDI	OE1



<p>GESTÃO DA INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA</p>	<p>⇒ Atividades sem resultado próprio na missão da Cinemateca, mas com enorme impacto direto nos resultados de quase todas as suas atividades: incluem a gestão da rede e do parque informático; a gestão de aplicações; a gestão de sistemas;</p>	<p>INF</p>	
<p>APOIO À GESTÃO</p>	<p>⇒ No âmbito da Gestão Financeira e Patrimonial: preparação, execução e controlo dos orçamentos da Cinemateca; planeamento e monitorização da atividade, bem como a prestação de contas no final do ano económico; contabilização das receitas e despesas (através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), conservação e manutenção de bens e instalações, gestão das receitas e das despesas – Tesouraria e promoção da instrução dos procedimentos legais com vista à aquisição de bens e serviços;</p>	<p>DG</p>	
	<p>⇒ No âmbito da Gestão de Recursos Humanos: execução dos procedimentos necessários ao nível do recrutamento e seleção de pessoal, gestão de todo o processo de avaliação de trabalhadores, gestão de faltas, férias e licenças, processamento de vencimentos e abonos (através do SIAG), elaboração do balanço social e elaboração do plano de formação.</p>	<p>DG</p>	
	<p>⇒ No âmbito da Gestão Administrativa: coordenação do registo de expedição de correspondência e coordenação das tarefas do pessoal auxiliar.</p>	<p>DG</p>	
	<p>⇒ Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG as despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos, bem como todas as demais despesas da atividade corrente da Cinemateca: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação, etc.</p>	<p>DG</p>	

V. Recursos

Para assegurar a concretização das atividades apresentadas a Cinemateca conta com um mapa de pessoal com um total de 68 colaboradores, incluindo os órgãos sociais (encontram-se por preencher os cargos de diretores de departamento ANIM e DDEP e mais três lugares do quadro de pessoal).

Por outro lado, os recursos financeiros da Cinemateca são os seguintes:

Orçamento de Funcionamento: para a realização das atividades previstas a Cinemateca prevê suportar na sua totalidade o seu orçamento de funcionamento por receitas próprias, provenientes na sua maioria da cobrança de taxas de exibição, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro e transferência do Fundo de Fomento Cultural.

Orçamento Fundo Cultural: tal como verificado em 2015 e 2016, com vista a colmatar a quebra verificada nos últimos anos na fonte principal das receitas da Cinemateca, a taxa de exibição, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 227/2006 de 15 de Novembro, estima-se um reforço orçamental da receita que permita fazer face às atividades regulares da Cinemateca, prevendo-se um montante idêntico ao de 2016.

Projeto SAMA: verbas financiadas pelo FEDER

Apresenta-se no quadro seguinte as verbas a afetar ao Orçamento de Funcionamento e projeto:

Quadro 1 - Orçamento da Receita

Rubricas Orçamentais	Orçamento Inicial		Varição
	2016	2017	%
04 00 00 Taxas, Multas e outras penalidades	2.150.000,00	2.170.000,00	0,93%
05 00 00 Rendimentos de Propriedade	23.000,00	8.000,00	-65,22%
06 00 00 Transferências Correntes	1.305.000,00	1.363.501,00	4,48%
07 00 00 Vendas de bens e Serviços Correntes	296.000,00	280.000,00	-5,41%
08 00 00 Outras Receitas Correntes	5.000,00	22.146,00	342,92%
15 00 00 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00	1.000,00	0,00%
17 00 00 Operações Extra-orçamentais		385.823,00	
TOTAL	3.780.000,00	4.230.470,00	11,92%

Quadro 2 - Orçamento da Despesa

Rubricas Orçamentais	Orçamento Inicial		Varição
	2016	2017	%
01 00 00 Despesas com Pessoal	1.730.041,00	1.787.003,00	3,29%
02 00 00 Aquisição de Bens e Serviços	1.603.459,00	1.541.939,00	-3,84%
04 00 00 Transferências Correntes	3.750,00	3.750,00	0,00%
06 00 00 Outras Despesas Correntes	111.000,00	128.000,00	15,32%
07 00 00 Aquisição de Bens de Capital	331.750,00	383.955,00	15,74%
12 00 00 Operações Extra-orçamentais		385.823,00	
TOTAL	3.780.000,00	4.230.470,00	11,92%

As despesas com pessoal representam 46,5% da despesa total, 40,1% aquisição de bens e serviços e 9,9% em aquisição de bens de capital.

A grande percentagem de custos fixos (agrupamento 02) e contratualizados pela Cinemateca tem origem, em particular no que se refere ao arquivo, na manutenção constante dos mais diversos equipamentos, alguns deles com contratos de manutenção com empresas especializadas: gestão técnica informatizada dos sistemas de alarmes, de ar condicionado de guarda do acervo, da rede de alimentação elétrica, etc.

VI. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária

Nos últimos anos, o orçamento de funcionamento da Cinemateca tem sido suportado quase na íntegra por receitas próprias, com exceção feita aos últimos quatro anos, onde foi incluído no orçamento de receita verbas provenientes do Fundo de Fomento Cultural, no sentido de colmatar em parte o forte decréscimo do valor da taxa de exibição, provocado pela contração da economia nacional.

No entanto, para além dos esforços desenvolvidos no sentido de aumentar as receitas próprias (em particular no que se refere a mecenatos), a Cinemateca procura ainda participar em projetos com subvenções dinamizados pela Comissão Europeia.

Em concreto, a Cinemateca candidatou-se ainda em 2015 com dois projetos ao Programa de apoio ao investimento SAMA 2020 – Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, tendo ambos sido aprovados, o que pressupõe alguma atividade durante 2017 em ambos: o novo Sistema de Informação CP-MC e Aquisição e instalação de estantes compactas especializadas nos novos cofres climatizados do ANIM.

Em termos de orçamento, estes apoios concedidos pelo SAMA são parciais, pelo que será necessário um reforço orçamental vindo de outra fonte de financiamento de modo a complementar a execução destes dois projetos.

Para além disso, o recurso às verbas do Fundo de Fomento Cultural, para além de ter um caráter excecional, tem servido apenas para equilibrar o orçamento corrente inerente às atividades regulares necessárias para cumprir a Missão Estatutária da Cinemateca. Não permitindo com esta nova fonte de financiamento a retoma aos grandes investimentos que são necessários a qualquer Cinemateca.

Através da parceria acima referida com um laboratório norte-americano dos mais reconhecidos a nível mundial no que diz respeito ao restauro digital – o laboratório Cineric – existem algumas perspetivas de crescimento das receitas próprias a partir do laboratório do Departamento ANIM. Contudo, o potencial de receitas deste laboratório, tanto ao nível do restauro digital, como sobretudo ao nível do restauro fotoquímico, pode ser fortemente condicionado pelos fortes constrangimentos na contratação de técnicos para aquele setor do Departamento ANIM, onde um técnico a mais poderá significar a obtenção de receitas adicionais muito superiores ao seu custo adicional.

O incremento à atividade de edição iniciado em 2015 e que se pretende continuar em 2017 (não só de catálogos e livros, mas também de edições DVD), bem como o lançamento de uma linha de artigos de *merchandising*, poderá também proporcionar um acréscimo adicional às receitas próprias.

Por fim, o recurso à venda *online* dos artigos que a Cinemateca pode comercializar, pode também ter um impacto positivo nas receitas próprias da Cinemateca.

VII. Conclusões

No ano de 2017 continuaremos a implementar progressivamente iniciativas decorrentes do plano estratégico apresentado pela direção.

Porém, tal como referido atrás, esta implementação choca ainda com carências e inadequações estruturais que dificultam o cumprimento do potencial de atividade da Cinemateca no contexto presente.

As carências situam-se no plano da receita e do respetivo orçamento de despesa, uma vez que persistem as reduções drásticas resultantes do menor impacto da taxa de publicidade televisiva somadas à não-contemplação radical da Cinemateca na consignação de receita proveniente da taxa de subscrições por cabo. Quanto às inadequações, referem-se ao enquadramento administrativo, hoje em dia claramente limitador do funcionamento do organismo a um nível compatível não só com a sua missão mas também com o seu *potencial*, nisto incluindo o *potencial de arrecadação de receita própria adicional*.

Um dos pontos sensíveis da execução em 2017 será a possibilidade de resolução dos problemas que ainda rodeiam a implementação dos dois projetos SAMA entretanto aprovados, ambos fundamentais para ultrapassar graves constrangimentos estruturais da Cinemateca.

A Direção da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

29 de Dezembro de 2016